

5

Conclusão

Revisitado o pensamento moderno sob a óptica racionalista e expostos os elementos inovadores da teoria spinozana acerca das dimensões afetiva e intelectual, pode-se afirmar, de maneira conclusiva, que se pudermos apontar a existência de algo característico ou intrínseco ao humano, não há de ser a razão, mas a sua capacidade de afetar e de ser afetado. Dito de outro modo, é o desejo e não a consciência que subjetiva, que define a “humanidade” ou que coloca em campos distintos os homens e os demais seres.

O homem que não pré-existe ao social, a consciência que não dirige o corpo: ao nos ensinar que a razão não é inata, mas circunstancial - não integra ou pertence à natureza do homem – e que pode ser alcançada a depender de serem satisfeitas certas condições, Spinoza está a nos dizer que não somos mestres do nosso destino, que não dominamos as eventualidades, as infinitas variáveis da vida. Nega-se o livre-arbítrio sem, contudo, negar-se a liberdade.

Neste ponto, a propósito, parece estar o feito mais memorável da filosofia spinozana e sua grande utilidade: ao afirmar que um corpo pode tudo o que está na sua potência, nem mais nem menos; que somos causa de nós mesmos quando agimos determinados unicamente pela nossa potência; e que nada há de transcendente na natureza mas, ao invés disso, vigora a pura imanência, Spinoza constrói uma filosofia da liberdade. Derrubadas as ilusões acerca da racionalidade e do livre-arbítrio resta, em seu lugar, o agir determinado pela necessidade estrita da natureza e, nessa medida, não há cálculos racionais possíveis nem pré-determinação com vistas a um fim.

A liberdade, em Spinoza, ganha novas cores, sendo identificada com o reconhecer-se como causa eficiente interna dos apetites (no corpo) e desejos (na mente), afastando-se a imagem ilusória da causalidade final externa. É atividade plena e felicidade suprema. É quando tomamos parte da atividade infinita da natureza ou, nas palavras de Spinoza:

“Quanto mais o homem é concebido por nós como livre, mais somos obrigados a julgar que deve necessariamente conservar o seu ser e possuir-se a si mesmo; seja quem for que não confunda liberdade com a contingência conceder-me-á isto sem dificuldade”¹.

Isto posto, o que se pode, então, inferir sobre a singularidade do humano? Se nos filiarmos ao pensamento moderno, diremos que o humano tem características razoavelmente constantes e universais, a começar pela racionalidade. Diremos, também, que podemos livremente fazer isto ou aquilo, querer ou não determinada coisa, pelo livre exercício de nossa vontade, segundo aquilo que julgamos bom ou mau para nós. Mas se, diferentemente, abraçarmos o pensamento de Spinoza, diremos tão somente que se trata de uma singularidade anônima, vale dizer, não há algo de próprio no homem a distingui-lo do restante da natureza. Mais do que isso, diremos que o homem é uma coisa como outra qualquer, na natureza; é expressão substancial singular, que não se repete. Nada há para além da experiência ou que a preceda, só restando-nos a dimensão dos encontros como via de subjetivação.

O indivíduo spinozano não é um, mas muitos. Uma multidão que não cabe numa definição apenas ou numa descrição de natureza física. Algo como as notas musicais ou a dinâmica sazonal das árvores e plantas: trata-se de um conjunto interdependente, uma certa relação entre partes que dão a entender o todo sem, contudo, poderem ser desmembradas e compreendidas individualmente. As notas musicais nada nos dizem, isoladamente, assim como a observação de uma árvore sem relacioná-la com o ambiente que a cerca – os pássaros que nela se abrigam, o solo que é fertilizado pelo fruto maduro que cai e as trocas gasosas entre as folhas e a atmosfera – não nos permite enxergar, numa árvore, mais do que verde, folhas, tronco e raízes. E do mesmo modo que assim definir uma árvore é deixar escapar o todo, estreitando-se o intelecto, definir o homem pelas suas partes ou privilegiar uma delas – a mente – não nos deixa ter uma real compreensão do fenômeno humano.

¹ Spinoza, Baruch de. *Tratado Político*, op.cit., capítulo II, § 7º, p.310.

Ao definir Deus ou a natureza como a substância infinitamente infinita, sempre e necessariamente atual e plena, fora da qual nada existe e no interior da qual tudo se produz e produz efeitos, Spinoza estabelece um plano (de imanência) que já não nos dá a pensar em termos de “fora” e “dentro”, “acima” e “abaixo”. Deus não está fora ou acima do homem; a consciência não está acima do corpo; o homem não está acima das demais criaturas. Estamos todos submetidos às mesmas leis da natureza, à mesma determinação, inseridos num mesmo plano. Somos todas modalidades da mesma substância, expressões de Deus, de modo que o que de fato distingue os modos finitos é apenas o grau de intensidade de suas potências, a forma como se afirmam com maior ou menor intensidade na existência.

Definindo-se como parte imanente da natureza e uma certa quantidade de partes extensas que compõem uma certa relação, entre si e com o mundo externo, o indivíduo deixa de existir quando essas partes entram noutra relação de composição, formando um novo corpo ou se decompondo pela ação de corpos externos. Nesse momento o fim irreparável deste específico indivíduo é alcançado. A morte, portanto, nada mais é do que essa mudança na configuração das partes que configuram uma determinada forma: o fim da máquina, das partes extensas, da prótese, nada além disso. Mais uma heresia spinozana.

Deste modo, voltamos ao início para concluir. Se na introdução deste trabalho trouxemos a observação de Carl Sagan de que o homem é pequeno fragmento do minúsculo pixel que representa a Terra, numa imagem feita do espaço, com Spinoza essa idéia ganha maior tônus e intensidade, com uma diferença: não se trata, aqui, do homem diminuído, reduzido a insignificante forma de vida em meio à grandiosidade do espaço. Spinoza não afirma que o homem é parte ínfima da natureza, mas apenas que não é diferente de tudo o mais que há. Homens, animais, átomos, objetos, todos são expressões da mesma substância, diferindo apenas em grau.

Assim sendo, num feroz ataque ao pensamento flácido e triste do seu tempo, Spinoza elabora uma filosofia da liberdade e da alegria, exaltando a natureza como uma multiplicidade aberta, heterogênea e vibrante, sem reservar nela lugar especial ao homem. É por essa razão que, segundo Deleuze, diz-se spinozano (ou spinozista) não apenas daquele se debruça sobre seus conceitos, mas também o *“aquele que, não-filósofo, recebe de Espinosa um afeto, um conjunto de afetos, uma determinação cinética, uma pulsão, e faz assim de Espinosa um encontro e um amor”*.